

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.503 - SP (2019/0229468-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
RECORRENTE : EVA OLIVEIRA MARQUES PIO DOS SANTOS
RECORRENTE : SERGIO ANTONIO DE JESUS
RECORRENTE : CRISTINA OLIVEIRA SILVESTRE ALBERTO
RECORRENTE : LUIZ CARLOS SILVESTRE ALBERTO
RECORRENTE : ALDO CELLERI CARVALHO
RECORRENTE : MARCELO SOARES DE ARAUJO
RECORRENTE : NILTON FECUNDES DE MACEDO
RECORRENTE : PRISCILA DELFINA MORAES ANTOLINI
RECORRENTE : WEBERTON TEIXEIRA ANTOLINI
RECORRENTE : LIDIO ZANOVELLI
ADVOGADOS : WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI E OUTRO(S) - SP229720
WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006
RECORRIDO : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : THIAGO DE PAULA LEITE E OUTRO(S) - SP332789
AGRAVANTE : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : THIAGO DE PAULA LEITE E OUTRO(S) - SP332789
AGRAVADO : EVA OLIVEIRA MARQUES PIO DOS SANTOS
AGRAVADO : SERGIO ANTONIO DE JESUS
AGRAVADO : CRISTINA OLIVEIRA SILVESTRE ALBERTO
AGRAVADO : LUIZ CARLOS SILVESTRE ALBERTO
AGRAVADO : ALDO CELLERI CARVALHO
AGRAVADO : MARCELO SOARES DE ARAUJO
AGRAVADO : NILTON FECUNDES DE MACEDO
AGRAVADO : PRISCILA DELFINA MORAES ANTOLINI
AGRAVADO : WEBERTON TEIXEIRA ANTOLINI
AGRAVADO : LIDIO ZANOVELLI
ADVOGADOS : WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI E OUTRO(S) - SP229720
WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006

DESPACHO

O recolhimento das custas judiciais foi realizado em desacordo com o disposto na Resolução do STJ vigente à época da interposição do recurso, a qual dispõe que, no momento do preenchimento da GRU Cobrança, deverão ser indicadas obrigatoriamente as informações exigidas no formulário eletrônico disponível no *site* do Tribunal (<http://www.stj.jus.br>), de acordo com o tipo de ação ou recurso escolhido.

De fato, a parte indicou erroneamente o "Processo na Origem" ou "Número do Processo que consta no Acórdão Recorrido" na guia de recolhimento das custas

Superior Tribunal de Justiça

judiciais juntada aos autos, uma vez que o número utilizado não corresponde aos existentes na origem.

Dessa forma, nos termos do § 7º do art. 1.007 do Código de Processo Civil, **intime-se a parte recorrente para sanar o vício apontado, efetuando, caso seja necessário, novo recolhimento no prazo de cinco dias, sob pena de não conhecimento do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.



MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente